 ISBN: 978-85-87942-61-6

GT 032. Espaços Fronteiriços numa Perspectiva Interdisciplinar: formações identitárias e o problema da cidadania.

Izabel Missagia de Mattos (UFRRJ) - Coordenador/a, Senilde Alcântara Guanaes (Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA) - Coordenador/a, Annelise Caetano Fraga Fernandez (UFRRJ) - Debatedor/a A proposta tem como objetivo reunir investiga?es com enfoques interdisciplinares sobre os processos hist?ricos de configura??o de zonas fronteiri?as nas Am?ricas, sem deixar de considerar as rela?es do continente com os fluxos econ?micos e pol?ticos globais. As zonas de fronteira podem se caracterizar como "vazios" de poder nas quais a viol?ncia contra o "outro" ? (re)produzida. Nesses contextos t?m sido recorrentes as guerras e a escravid?o, al?m de uma rela??o contradit?ria com o pr?prio Estado, ao questionar, inclusive, n?o apenas a cidadania mas a pr?pria humanidade do outro. Investiga?es inovadoras sobre o tema, tanto em termos te?ricos como metodol?gicos, t?m surgido a partir de perspectivas que relacionam diversos campos de conhecimento. Perspectivas da etnohist?ria, de g?nero, lingu?sticas, socioambientais, entre outras, vem criticando o pensamento colonialista ao apontar para o papel de centralidade das zonas fronteiri?as para a compreens?o das sociedades americanas. A proposta contempla investiga?es baseadas em fontes documentais ou etnogr?ficas que abordam o tema da fronteira como espa?o social e simb?lico, aportando discuss?es relativas ? reconstru??o da mem?ria hist?rica e aos interc?mbios comerciais e culturais, ao dinamismo identit?rio e constru??o de territ?rios, bem como as rela?es entre indiv?duos e ou grupos, como ind?genas, afrodescendentes, popula?es rurais e urbanas, em condi?es de vulnerabilidade social, econ?mica, cultural e jur?dica.

Comunidad cuestionada, frontera cuestionada: los Ashéninka en la frontera de Ucayali con Acre

Autoria: Mario Leonardo Osorio Dominguez

En el Alto Tamaya, en la frontera del departamento de Ucayali con el estado de Acre en Brasil, los Ashéninka de la comunidad de Saweto conviven con ribereños y colonos que se movilizan desde ambos lados del límite de frontera para extraer recursos en un contexto de informalidad e ilegalidad, con una débil presencia del Estado, que pone en riesgo su seguridad y dificulta sus aspiraciones a mejores condiciones de vida. A principios del sigo XXI, el alto precio de la madera y la demanda del mercado global incrementó la presión sobre el Alto Tamaya exacerbando los conflictos y disputas por el control de recursos y espacios, afectando la iniciativa de Saweto de constituirse como comunidad nativa y titular un territorio comunal de acuerdo a las leyes peruanas. Saweto busca mejorar sus condiciones de vida asegurando el territorio que le provea de medios de vida y de alternativas de desarrollo en la frontera. A la oposición de madereros que trabajan en el Alto Tamaya, se sumaron las trabas burocráticas que obstaculizan la titulación de territorios indígenas en Perú. El Estado peruano a través de su representación local y nacional van a postergar las demandas de Saweto, dando preferencia a las concesiones forestales a empresas privadas para la explotación maderera, una actividad que en Perú es asociada a redes de corrupción que atraviesan toda la cadena productiva, desde el campo hasta los mercados internacionales. No obstante su marginalidad geográfica, y su lejanía de los centros de poder político y económico en Perú, los Ashéninka de Saweto lograrán crear la comunidad nativa Alto Tamaya ? Saweto de acuerdo a las leyes peruanas en el años 2003. Sin embargo, tuvieron que esperar más de 14 años para lograr, a un costo muy alto, la titulación del territorio que reclamaban. En 2015, lograron titular sus tierras en cerca de 80 mil hectáreas, luego que cuatro de sus miembros fueran asesinados en 2014. Entre ellos, sus principales líderes, que denunciaban la tala ilegal de madera que invadía su

 ISBN: 978-85-87942-61-6

> territorio por lo que eran constantemente amenazados.

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**